

## **A discussão sobre João Ramalho no IHGSP: construção da memória e leitura documental**

RAFAEL CESAR SCABIN\*

Na passagem do século XIX para o XX, as atividades do recém fundado (1894) Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) representavam a tentativa de construção de uma História do Brasil por um viés paulista, justificando com um passado glorioso e ativo a crescente influência da elite cafeeira no cenário nacional (FERRETTI; CAPELATO, 1999; BLAJ, 2000). No interior dessa produção intelectual, tornou-se emblemática a discussão sobre a figura de João Ramalho, considerado o patriarca dos paulistas<sup>1</sup>.

A presente exposição tem por objetivo analisar os pressupostos metodológicos utilizados no interior desse debate, especialmente a maneira como se abordavam as fontes disponíveis. Dar-se-á maior destaque à utilização que esses autores fizeram das cartas jesuíticas, documentação que utilizamos em nossa pesquisa de mestrado (em andamento), da qual se desprende o tema aqui abordado. A produção do IHGSP estava ligada a um uso político da História de maneira intensa e atuante<sup>2</sup>. Dessa forma, uma análise da metodologia presente nesses trabalhos ajuda-nos a compreender melhor de que forma a fabricação de tradições e identidades influencia no conhecimento do passado.

A discussão sobre João Ramalho no IHGSP teve início com a formação de uma comissão que buscava responder a uma indagação levantada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pelo consócio José Luis Alves na reunião de 3 de março de 1899 (FERRETTI; CAPELATO, 1999: 2-3; RIHGB, 1900: 285-6). Enquanto a

---

\* mestrando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e pesquisador do Grupo de Estudos Medievais Portugueses (GEMPO – USP, UFRJ)

<sup>1</sup> FERRETTI e CAPELATO (1999: 7) consideravam que o debate sobre João Ramalho estava no centro da discussão sobre a relação entre regional e nacional; “a valorização de sua figura como herói descobridor do país daria ensejo à valorização de uma parte sobre o todo, ou seja, de São Paulo sobre o Brasil” (Ibidem, p. 3).

<sup>2</sup> Concepção presente na série de Institutos Históricos do período, com especial destaque para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, muito ligado, na segunda metade do século XIX, ao projeto político do Império (DOMINGOS, 2008: 1-2).

proposta teve pouca repercussão no próprio IHGB, os paulistas acolheram o tema e deram início a um debate acalorado. A indagação em questão referia-se à veracidade do testamento de João Ramalho, documento citado pelo monge beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus no século XVIII e que não havia sido encontrado por nenhum outro historiador até então. Propôs José Luis Alves que se lançassem os historiadores à caça desse documento, do qual deveria haver “cópia na Bibliotheca do mosteiro S. Bento de S. Paulo ou de Santos”, além de procurar averiguar o caso com a documentação do tempo. (RIHGB, 1900: 286)

A polêmica envolvendo o testamento de João Ramalho dizia respeito à controversa conclusão que dele tirava Frei Gaspar: o patriarca dos paulistas teria chegado ao Brasil por volta de 1490, antes da frota de Cabral, e antes mesmo de Cristóvão Colombo chegar à América. Tal conclusão estava presente no manuscrito “Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações”, terminado em 1784 e publicado postumamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1840. Essa afirmação valeu ao monge pesadas críticas de Candido Mendes de Almeida que o acusava de criador de fábulas e falsificador de documentos (RIHGB, 1877: 277, ss.).

A discussão que se desenvolveu no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a partir de 1902, não buscou reafirmar a primazia de João Ramalho sobre Cabral no descobrimento. De fato, nem os detratores do guarda-mor do campo, nem seus partidários, iriam questionar em momento algum que o primeiro a chegar ao Brasil havia sido Pedro Álvares Cabral. O debate concentrou-se em alguns aspectos da vida de João Ramalho, buscando apresentá-lo ora como um herói modelo da paulistanidade, ora com um violento e analfabeto apressador de índios. Uma vez que a documentação sobre o andreense era escassa, consistindo em pouquíssimas citações dos cronistas (as atas da Câmara de Santo André permaneciam não transcritas), era importante defender a credibilidade de Frei Gaspar, o primeiro a tratar sistematicamente do personagem e apresentá-lo de maneira positiva. Sendo assim, ainda que os defensores de Ramalho admitissem que o beneditino houvesse errado a data de chegada do futuro guarda-mor do campo, procuravam afastar a imagem de falseador da História que rondava Frei Gaspar, com vistas a não invalidar seu trabalho como um todo.

A corrente ramalhista iria insistir principalmente na parcialidade da documentação jesuítica. Uma vez que o alcaide-mor de Santo André e os inacianos de Piratininga viviam em conflito no planalto, toda informação negativa sobre Ramalho era considerada fruto do partidarismo, ainda que se tratasse de testemunho coevo. Com maior empenho, atacaram a crônica de Simão de Vasconcelos, tido também como parcial, com o agravante de não ser uma testemunha direta do que narrava<sup>3</sup>. Campos Andrade chega mesmo a classificar sua crônica de “fabulosa e suspeita” dando como justificativa não apenas a existência de passagens de caráter fabuloso – como gigantes e amazonas – mas até mesmo o uso de metáforas que entendia como típicas desse gênero literário, como: “são vistos darem-se as mãos dois rios em uma lagôa famosa...” e “as nações que habitavam a circunferência do rio... não podiam contal-as, não só pelos dedos das mãos e dos pés ... mas nem ainda com os seixos da praia” (RIHGSP, 1902: 380).

A comissão eleita pelo instituto em 1902 compunha-se de Teodoro Sampaio, Orville Derby, Antonio de Toledo Piza, João Mendes Junior e Manuel Pereira Guimarães. Buscava, inicialmente, emitir um parecer sobre o analfabetismo de João Ramalho (TAUNAY, 1953: 95). A comissão chegou à conclusão de que o alcaide-mor era analfabeto e, provavelmente, judeu; conclusão que partiu de uma análise grafológica das assinaturas de Ramalho presentes no que restavam das atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo. Subscreveram ao parecer, que teve Teodoro Sampaio como relator, todos os membros da comissão, com exceção de Pereira Guimarães, que publicou parecer em separado nas páginas de O Estado de São Paulo de 20 de julho de 1902 (FERRETTI; CAPELATO, 1999: 11).

Em relação ao analfabetismo do “patriarca dos paulistas”, já apontado anteriormente por Varnhagen (RIHGSP, 1904, p.448), a comissão justificava sua posição afirmando que ele não sabia escrever seu próprio nome, uma vez que a grafia diferia muito entre as assinaturas encontradas, o que sugeriria terem sido feitas por pessoas diferentes, que completavam o sinal por Ramalho grafado (o “c” invertido e, segundo alguns, em forma de ferradura). (FERRETTI; CAPELATO, 1999: 10;

---

<sup>3</sup> Afirnam FERRETTI e CAPELATO (1999, p. 9) que “*este autor, seguindo a tradição de animosidade que os jesuítas nutriram durante toda a colônia em relação aos paulistas, foi responsável pela mais negativa das representações de João Ramalho e serviu de sustentação para toda a corrente ‘anti-ramalhista’*”.

TAUNAY, 1953: 95). Argumentaram os Ramalhistas a favor da improbabilidade do analfabetismo, ou da sua pouca relevância (RIHGSP, 1904: 448).

O “c” invertido encontrado nas assinaturas de Ramalho levou a comissão do IHGSP a identificá-lo como judeu, visto que ao invés da cruz, presente nas demais assinaturas, encontraram o referido sinal, reconhecido como o kàf – letra simbólica do alfabeto hebraico. O sinal será também associado pelos defensores do andreense a um símbolo maçônico, elmo de cavaleiro (sinal de nobreza), rabisco arbitrário ou símbolo do cargo que ocupava (RIHGSP, 1902: 424). Eram sustentadas essas afirmações por conjecturas as mais diversas, que não contavam com outra base documental direta senão a própria assinatura<sup>4</sup>. Argumentaram também os ramalhistas que caso se confirmasse o judaísmo do “patriarca”, isso em nada afetaria sua imagem positiva (RIHGSP, 1904: 445-6); afirmação que, ao se fazer necessária, acaba por revelar o caráter negativo que a classificação de judeu poderia adquirir na construção de um herói da nacionalidade.



Assinatura de João Ramalho presente nas Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo (retirado de TAUNAY, 1953)

Não somente aos supostos analfabetismo, judaísmo e uma possível condição de degredado referiu-se o debate. O parecer da comissão, além das conclusões tiradas das assinaturas, reafirmou a avaliação que do andreense fez o jesuíta Simão de Vasconcelos, em sua “Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil” (1663), na qual descrevia João Ramalho como “homem por graves crimes infames, e actualmente escommungado” (VASCONCELOS, 1865: 47), frase que seria repetida em praticamente todos os textos do debate, e sempre refutada pelos ramalhistas. Outra passagem da crônica que seria retomada com frequência é a que apresenta o alcaide-mor como “homem rico da terra, mas infame nos vícios, amancebado publico por quasi quarenta annos” (IBIDEM: 75).

---

<sup>4</sup> Teodoro Sampaio afirma ter até mesmo recorrido a especialistas estrangeiros (“orientalistas competentes”) no sentido de confirmar a identificação do sinal com o káf hebraico (RIHGSP, 1902, p.299). Horacio de Carvalho dedica mais de 60 páginas (Ibidem, p. 303-368) unicamente para confirmar essa hipótese sobre o “c” invertido.

No decorrer das argumentações pró-Ramalho, a reabilitação moral do personagem acaba por assumir maior destaque do que a negação de seu judaísmo e analfabetismo. Era importante para aqueles que procuravam apontar no “patriarca” as qualidades de toda a “estirpe paulista” que se lhe seguiu, combater a visão negativa que prevaleceu sobre ele durante todo século XIX e era agora reafirmada pela comissão do IHGSP.

Em tal combate, além de desacreditar os testemunhos contrários, conjecturavam o quanto possível com as escassas fontes existentes. As informações presentes nas atas da Câmara não estavam ainda disponíveis e outros testemunhos da época, como do viajante alemão Ulrico Schmidel<sup>5</sup>, também apresentavam uma avaliação negativa do líder do arraial de Santo André. Quando em 1904, Washington Luis finalmente encontra uma cópia do polêmico testamento nos papéis de José Bonifácio, publicada na revista do IHGSP (1904: 563-569), presta enorme contribuição ao esforço de validar as informações presentes nas Memórias de Frei Gaspar<sup>6</sup>. No entanto, quando do início do debate, em 1902, nada se podia afirmar de muito certo sobre o conteúdo do testamento. Dessa forma, a única documentação coeva que os ramalhistas tinham à sua disposição para reabilitar o “patriarca” eram as cartas jesuíticas, ainda espalhadas em diversas publicações e sem a organização sistemática que lhes daria Serafim Leite a partir da década de 1950.

De maneira geral, a leitura que esses autores fizeram das cartas jesuíticas restringiu-se às passagens em que se falava diretamente de João Ramalho. Seguindo o procedimento com o qual abordavam toda a documentação, os partidários do alcaide-mor de Santo André desqualificavam as descrições negativas que dele faziam os inicianos, atribuindo-as à inimizade que para com ele nutriam. Dessa maneira, segundo Campos Andrade (RIHGSP, 1902: 370), a figura de Ramalho estava envolta em nebulosidade “creada pelas informações transmittidas pelos socios da Companhia de Jesus, sua tradicional inimiga”. Apesar disso, julgavam-se capazes de extrair das cartas, nas entrelinhas dos ataques jesuíticos, informações objetivas que acreditavam capazes de justificar a construção positiva que faziam do fundador de Santo André.

---

<sup>5</sup> Segundo Leoncio do Amaral Gurgel (RIHGSP, 1904, p. 450, nota 1), a primeira edição alemã data de 1567.

<sup>6</sup> Resolveu-se também a questão da data de chegada de João Ramalho, atribuindo-se o cálculo errôneo de Frei Gaspar a um equívoco de tradução (RIHGSP, 1904, 567).

Outro esforço empreendido pelos partidários de Ramalho foi o de afastar a narração presente nas cartas jesuíticas do século XVI daquela presente na crônica posterior de Vasconcelos. Afirma Gomes Ribeiro:

*“Como explicar-se ainda não constarem tão tremendas acusações a Ramalho, nominalmente, de nenhuma das cartas dos padres Nóbrega, Anchieta, Leonardo Nunes, Balthazar Fernandes, e outros, abrangendo o período de 1549 a 1568 (...).”* (RIHGSP, 1904, p. 425)

Não faz Gomes Ribeiro, contudo, uma análise mais pormenorizada do conteúdo dessas cartas. Mais detido é o esforço de Francisco de Campos Andrade, que contrapõe à crônica do padre Simão uma carta de José de Anchieta de 1554, buscando mostrar que, apesar de narrarem os mesmos acontecimentos e, à primeira vista, concordarem, apresentavam diferenças sutis, que demonstrariam o quanto foi desfigurado o relato mais fiel de Anchieta (RIHGSP, 1902, p. 389-90). Em suas palavras:

*“(...) si, para o chronista, os mamelucos de Santo André, os filhos de Ramalho, são ‘peiores fructos de uma arvore ruim, uma caterva de filhos de má casta, mamelucos illegitimos e desalmados’, para Anchieta, que os conhecia de visu, eram ‘CHRISTÃOS nascidos de pae portuguez e de mãe brasilica’. Si, aquelle dá a entender vagamente, insinua aéreamente que o portuguez abusava da polygamia, e os filhos eram pagãos, este, mais digno de credito, mais authenticico, diz que os filhos eram christãos, nascidos de uma só mãe”* (IBIDEM, p. 390, grifos do autor)

Essa argumentação não resistiria a uma leitura sistemática das cartas de Anchieta, ou mesmo a uma análise mais detida dessa única carta, visto que mais adiante é afirmado o concubinato de Ramalho que o autor diz ser omitido pelo jesuíta (LEITE, 1954: 115). O consócio do IHGSP consultou o que na verdade tratava-se de um resumo de duas cartas de Anchieta<sup>7</sup>, que foram publicadas na íntegra somente na coletânea de Serafim Leite (1954, cartas 22 e 32). O que vemos nas duas cartas (uma de setembro de 1554 e outra de março de 1555) é uma descrição de João Ramalho e seus filhos bastante

---

<sup>7</sup> Campos Andrade apresenta como referência a obra *III Centenario do veneravel Joseph de Anchieta*. Paris: Aillaud & C, 1900.

negativa, muito diferente de quanto apresenta Campos Andrade em sua contraposição. De fato, Anchieta os identifica como “cristãos nascidos de pai português [J. Ramalho] e mãe brasílica”, mas ainda no mesmo parágrafo os apresenta como “exemplo duma nefanda e abominável depravação” para os indígenas (IBIDEM, p. 114-5). É ainda nessa carta que se descreve a adoção dos “costumes dos gentios” por parte dos filhos do andreense:

*“(...) tendo um destes cristãos trazido um cativo, entregou a um irmão dele para o matar. E matou-o de facto com a maior crueldade, tingindo as próprias pernas de vermelho e tomando o nome de quem matara em sinal de honra, como é costume dos gentios (...) E são cristãos, nascidos de pai cristão, que sendo espinho não pode produzir uvas” (IBIDEM, p. 115).*

Tampouco se considerou o uso da palavra *cristão* nessa documentação, que não significaria, como se vê no trecho citado, uma adjetivação da fé e de práticas religiosas e morais. A palavra *cristão* era indistintamente utilizada pelos missivistas como contraposição a gentio, referindo-se genericamente aos portugueses (ou outros europeus em alguns casos) sem qualquer valor descritivo que não o de indicar a origem; poderia, por outro lado, adjetivar a prática também dos gentios, quando se contrapunham os batizados e os não batizados. Para compreender essa polissemia, deveria o autor levar em conta o procedimento de leitura e escrita da época. O que percebemos nessa historiografia, entretanto, é uma metodologia de leitura das fontes que procurava enquadrar a escrita do século XVI no rigor conceitual da “cientificidade” metódica.

O que nos interessa aqui não é desconstruir cada utilização das cartas que se fez no debate do IHGSP (poderíamos elencar diversos outros exemplos). Mais importante é considerar como a leitura que se fazia era aleatória, retirando fragmentariamente as informações desejadas e desconsiderando a totalidade da carta e sua relação contextual e intertextual, completando as lacunas temerariamente com especulações diversas. Veja-se, como um dos muitos exemplos, nesse mesmo texto de Francisco de Campos Andrade, a conjectura que faz o autor para refutar as afirmações de uma carta do padre Balthazar Fernandes, de 22 de abril de 1568:

*“Si Ramalho não fosse catholico, não só seu filho, que neste caso teria sido educado no odio ao padre, qualquer que elle fosse, não se teria lembrado de caminhar uma legua sómente para ir dizer aos padres que seu pae morrera, como o respeito ao modo de sentir do seu progenitor o teria impedido”* (RIHGSP, 1902, p. 375).

No entanto, é do mesmo Campos Andrade a análise mais profícua das cartas presente nesse debate. Utiliza o historiador outra carta de Anchieta, de 1556, não para tirar informações sobre o “patriarca dos paulistas”, mas sobre problemáticas envolvendo a evangelização, como a tendência ao nomadismo dos indígenas, o reconhecimento da necessidade do uso da força pelos inacianos, etc. (RIHGSP: 391-3). Temos nesse texto em geral a tentativa de extrair das acusações que faziam os jesuítas a João Ramalho as motivações, que se relacionariam, em última instância, ao conflito pelo controle da população indígena. Ainda que a intenção seja simplesmente a de invalidar essas acusações, Campos Andrade abre importante espaço para considerar os aspectos subjetivos envolvidos na produção dessas narrativas.

É possível observar no debate sobre João Ramalho no IHGSP o desenvolvimento de argumentações quase que unicamente especulativas, com uma interpretação dos documentos que parece a um historiador de hoje excessivamente arbitrária. De fato, não se trata apenas de uma incompatibilidade da historiografia recente com a corrente metódica que predominou nesses escritos da passagem do século XIX para o XX. Afonso de Escagnolle Taunay, que, em um período posterior, representaria mais do que ninguém uma historiografia metódica que buscava desenvolver a identidade paulista<sup>8</sup>, classificou esse debate de “indeterminado e ocioso (...) que muito mais útil teria sido se o tempo nele dispendido houvesse sido empregado em pesquisas no próprio arquivo municipal paulistano” (TAUNAY, 1953: 94-5). Para ele, seguidor da idéia de que a História se faz com documentos, e somente com documentos, esse esforço argumentativo carecia de maior base documental, girando quase sempre “em torno do que havia de impresso da obra de Frei Gaspar da Madre de

---

<sup>8</sup> A obra *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*, de 1953, de sua autoria, apresenta uma síntese de toda a discussão até então sobre o “patriarca dos paulistas”; representa um momento em que a figura de Ramalho estava já reabilitada e identificada com o bandeirante. Essa segunda fase da historiografia identitária paulista, com a exaltação do bandeirante e sua mobilização para uso político, tem seu auge nas décadas de 20 e 30, com os trabalhos de Taunay, Alfredo Ellis Jr e Oliveira Vianna (capel p 13)

Deus, de Pedro Taques, de Simão de Vasconcelos e mais alguns autores a se repetirem” (IBIDEM: 94). Era justamente por isso que “nada de novo se conquistou para o esclarecimento da biografia do patriarca do Planalto” (IBIDEM: 95).

Podemos acrescentar ao comentário de Taunay – autor que não é absolutamente isento de algumas das falhas que aponta, ainda que em intensidade diferente – que o debate não somente ficou restrito a esses mesmos autores, mas se resumiu basicamente a uma contraposição entre os ramalhistas (Frei Gaspar e Pedro Taques) e os anti-ramalhistas (influenciados principalmente pelo jesuíta Simão de Vasconcelos). O que se mostra nos escritos do IHGSP (tornados públicos nas páginas de O Estado de São Paulo) aqui examinados é uma tentativa de enaltecer o autor com que se concordava e desqualificar os testemunhos contrários, explicitando sua parcialidade e falta de rigor histórico. Daí a profusão de adjetivos em todos os textos: *imparcial, insuspeito, abalizada autoridade*, quando se trata da mesma corrente; *fantasioso, exagerado, disparatado, enfermo*, quando se trata do adversário.

As páginas estão repletas de exemplos, mas um parágrafo de Amaral Gurgel em especial, sintetiza bem o teor das argumentações. No trecho em questão, trata o historiador de responder à afirmação de Ulrico Schmidel de que “Felizmente para nós elle [Ramalho] estava auzente, porquanto esta aldeia [S. André da Borda do Campo] pareceu-me um valhacoito de ladrões” (RIGHSP, 1904, p. 455). Diz Gurgel:

*“Neste período começa a falta de critério. (...) Seria sómente porque a povoação pareceu-lhe um valhacoito de ladrões, na sua imaginação povoada de perigos phantasticos, em consequencia dos transes reaes e terriveis pelos quaes passára? Isto, porém, não era bastante, mórmente para um velho soldado encanecido nos vários combates que descreve (...) é um verdadeiro disparate, alojado no cérebro enfermo de Schmidel”*

Existe uma visível desproporção entre o grande espaço dedicado ao debate sobre João Ramalho e a restrita quantidade de material sobre o qual se debruçaram. Tal desproporção revela-se em toda sua amplitude no caso da assinatura de João Ramalho. Muitas linhas, falas, tempo e esforço foram despendidos na tentativa de afirmar se Ramalho seria judeu, maçom e/ou nobre partindo unicamente de um sinal de “c” invertido, com significados em tudo diversos, de acordo com a conjectura que mais

agradasse ao debatedor. Tamanha dedicação é explicada por se tratar de um tema de capital importância para a construção da identidade paulista que esses autores desenvolviam em sua escrita histórica – e que servia para justificar a ação política que exerciam na incipiente República – mas para o qual dispunham de poucos recursos documentais para realizar. Enquanto os ramalhistas tentavam reabilitar o que seria o primeiro bandeirante (FERRETTI; CAPELATO, 1999: 13), os anti-ramalhistas da comissão de 1902 tinham o objetivo de condenar o que entendiam ser o representante máximo da política indígena que combatiam, sendo que buscavam inspiração justamente nos aldeamentos jesuítas dos inimigos de Ramalho<sup>9</sup>. Nas duas correntes, os interesses políticos do presente não apenas orientavam os questionamentos, mas já assinalavam o veredito antecipadamente.

A consequência dessa abordagem histórica, como já apontado mais acima, era o pouco resultado que trazia mesmo para os objetivos da corrente metódica que caracterizou a historiografia paulística da primeira metade do século XX. A obsessão em construir um patriarca que servisse aos objetivos políticos do presente revelou muito pouco sobre o João Ramalho do século XVI e sobre a própria época, que os autores viam com a lente da normatização política do século XIX, buscando na documentação oficial, como as ordenações reais, o que seria a prática política concreta<sup>10</sup>. Ainda assim, pudemos ver como a insistência dos ramalhistas em apontar a parcialidade das fontes jesuíticas levou-os a considerar a subjetividade presente na escrita das cartas, ligada a questões políticas da vida no planalto; procedimento que não utilizaram a maioria dos historiadores que até hoje se serviram dessa documentação. Não se tratava, porém, de um procedimento de leitura ao qual todas as fontes eram submetidas, mas apenas aquelas (ou aqueles trechos) arbitrariamente consideradas do campo inimigo.

---

<sup>9</sup> Afirmam FERRETTI e CAPELATO (1999, p.11): “Assim, vemos que, no seu presente, os historiadores membros da comissão do IHGSP que desqualifica a figura de João Ramalho, defendiam um modelo de incorporação do indígena baseado na experiência jesuítica”.

<sup>10</sup> Por exemplo, ao indicar que João Ramalho não podia ser analfabeto por ter ocupado cargo de alcaide-mor.

## BIBLIOGRAFIA

BLAJ, Ilana. *Mentalidade e Sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial*. **Revista de História da Universidade de São Paulo**, n. 142-143, p. 239-259, 1 sem. 2000.

DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória na Revista do IHGB: a defesa dos jesuítas a partir dos artigos* Notas para a História pátria de Cândido Mendes publicados em 1877 e 1879. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

FERRETTI, Danilo J.Z. & CAPELATO, Maria H.R. *João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil*. **Revista Tempo**, Dep. de História da UFF, v. 4, n. 8, dez/1999. Consulta em mar/2011. URL: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf)

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo XL, parte II, 1877; tomo LXII, parte II, 1900. (RIHGB)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. VII, 1902; vol. IX, 1904. (RIHGSP)

SERAFIM LEITE, S.J. (org.) *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954, vol. II.

TAUNAY, Afonso de E. *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*. São Paulo: Publicação comemorativa do Quarto Centenário da Fundação de Santo André da Borda do Campo, 1953.

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, 2 ed., vol. 1. Lisboa: 1865.